

## MOBRAL: A REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO REGIME MILITAR NAS ENTRELINHAS DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

### MOBRAL: IDEOLOGICAL REPRESENTATION OF MILITARY REGIME BETWEEN THE LINES OF ADULT LITERACY

Leide Rodrigues dos Santos<sup>545</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende traçar uma análise das ideologias representativas do Regime Militar no Brasil, para tanto, analisarei materiais didáticos, publicações e propagandas, utilizadas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) no período equivalente a sua implantação e extinção (1967 -1985). A intenção é perceber de que modo estava sendo direcionado o discurso intencional do Estado na política de educação de adultos. Enfatizar os fatores que levaram o sistema político vigente no país a encontrar na educação um forte instrumento de difusão e manutenção do regime. E por fim, identificar como o uso desses materiais atuava como guia difusor das ideologias, preservação das ideias difundidas pelo movimento e diminuição nas possibilidades da formação de uma consciência crítica na população.

**Palavras-chave:** Material Didático; Ditadura Militar; Mobral.

**Abstract:** This article aims to outline an analysis of ideologies representing the military regime in Brazil, to do so, analyzing teaching materials, publications and advertisements, used by the Brazilian Literacy Movement (Mobral) in the period equivalent the their implementation and extinction (1967 -1985). The intention is to understand how the intentional state discourse was being directed on education policy for adults. Emphasize the factors that led the political system in the country to find education as a powerful instrument for the dissemination and maintenance of the regime. Finally, identify how the use of these materials acted as protector of ideologies guide, preservation of the ideas disseminated by movement and decreased possibilities of formation of a critical consciousness in the population.

**Keywords:** Courseware; Military Dictatorship; Mobral.

No Brasil, a educação sempre serviu como um veículo na difusão dos ideais políticos (PAIVA, 2003). Sejam eles idealizados por estudantes, intelectuais ou políticos, cada um com objetivos específicos, buscavam contribuir para o processo de transformação da realidade brasileira, seja na recomposição ou na legitimação das ideologias de cada grupo.

Os primeiros vestígios de educação de adultos no Brasil surgiram junto à aplicação do ensino elementar, tendo como marco a vinda dos jesuítas nas primeiras décadas de 1500. A educação era oferecida com o propósito de promover a expansão religiosa e os valores cristãos; para esse fim, tinha

---

<sup>545</sup> Graduanda do IX semestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

como prioridade não somente as crianças indígenas, como também os indígenas adultos que, aprendendo a doutrina e o idioma português, facilitaria no processo de colonização. Porém, ao passar essa fase inicial, a educação de adultos perde importância.

No decorrer da história da educação de adultos, sua importância esteve vinculada à construção de uma nação desenvolvida. Aniquilar o analfabetismo solucionaria os demais problemas do país, visto que, este estava sempre posto como causa e não efeito dos problemas econômicos, sociais e políticos. A educação é supervalorizada, vista como um meio de mudança na estrutura da sociedade, um requisito indispensável para construção de uma nova conjuntura nacional.

A criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) representa um marco na luta pela educação de adultos como dever do Estado. Criado em 1942 e regulamentado em 1945, o FNEP passa a destinar 25% de seus recursos para campanha específica à educação da população adulta analfabeta. Isso significa dizer que de modo concreto é viabilizado condições de financiamento para realização dos programas de educação de adultos. De fato, esse direito já estava formulado desde 1824, na primeira Constituição, entretanto, só após a regulamentação do FNEP que os Estados passaram a contar com o auxílio do Governo Central.

Porém, foi durante a década de 60 que a educação de adultos no Brasil viveu suas ações mais importantes, através de diversas atividades produzidas não somente pelo Estado.<sup>546</sup> Instituição como a Igreja Católica e outros grupos organizados se propunham a alfabetizar significativos setores da população por meio de projetos como: Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Cruzada ABC.

O pensamento do educador Paulo Freire é de significativa relevância nesse momento, pois vinha propondo uma “educação corajosa”, na qual o analfabeto seria “sujeito” de sua alfabetização. Uma educação que propiciasse ao educando uma reflexão sobre suas potencialidades, para isso, cabia ao educador “ajudar o homem a ajudar-se” e assim adquirir uma “postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (PAIVA, 2003, p. 280). Não significava apenas técnicas neutras de alfabetização, mas formação crítica do indivíduo, afastando-se de concepções enraizadas e preconceituosas na qual o analfabeto aparece como “ser incapaz”.

---

<sup>546</sup> Foi nos anos 60 que se materializaram diversos movimentos de educação popular, buscando a emancipação dos setores desfavorecidos e denunciando o caráter ideológico presente nas diretrizes educacionais oficiais. Ver: FREITAS, M.F. Educação de jovens e adultos, educação popular e processo de conscientização: intersecções na vida cotidiana. *Educar em Revista*. Curitiba. n.29. 2007.

As ideias filosóficas e pedagógicas do educador Paulo Freire puderam ser colocadas em práticas através do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife e Rio Grande do Norte. Nesse projeto, os Centros de Cultura e os Círculos de Cultura eram utilizados para alfabetizar; nesses locais, surgiram métodos e as diversas contribuições teóricas e práticas até hoje utilizados nas concepções de educação de adultos.

O método inaugurado por Paulo Freire modificou a estrutura dos cursos para adultos, permitindo criar uma nova maneira de interpretar o adulto analfabeto. Assim sendo, o analfabeto passou a não ser “tratado com um ser a que lhe falta algo que precisa adquirir, mas como uma pessoa necessitada de rever suas posições, conscientiza-se de seu mundo, procurar analisar, compreender e transformar-se profundamente, se for o caso” (ROCCO, 1979, p.106).

Já o Movimento de Educação de Base (MEB) foi idealizado pela Igreja Católica com propósito de atuar frente à população rural na promoção humana através da educação popular, mas sem objetivos explicitamente catequéticos. A alfabetização de adultos seria realizada por meio da rede de emissoras católicas que serviriam de escolas radiofônicas para transmissão dos conteúdos alfabetizadores, repassado para milhões de pessoas que acompanhavam as aulas no início da noite em áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Voltado para alfabetização da população rural, tinha como proposta promover uma educação de base que levasse o homem a refletir sobre seus valores pessoais, morais e cívicos engajando-o no preparo para as reformas básicas – tais como a reforma agrária e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (FAVERO, 2006, p. 56).

O Centro Popular de Cultura (CPC) surge em 1961 a partir da iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) em conjunto com jovens, intelectuais e artista da época no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, surgem novos Centros por quase todo país com a finalidade de levar peças teatrais, música, literatura de cunho político social às classes mais desfavorecidas da sociedade. No final de 1963, passa a atuar na alfabetização de adultos, a fim de contribuir para a transformação da realidade nacional.

Com base numa experiência realizada por professores do Colégio evangélico Agnes Erskine, em Pernambuco, estruturou-se a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã). A partir de 1964, com financiamento da USAID e da experiência piloto realizada em Recife com resultados satisfatórios, se expandiu para outras regiões brasileiras. O homem analfabeto era visto, segundo Paiva (2003), como um “parasita econômico”, estando na educação oferecida pela Cruzada a maneira de torna-lo um elemento capaz de contribuir no processo industrial ao qual o Nordeste experimentava. Diante desse surto de industrialização, não poderia

mais o analfabeto contribuir apenas nas estruturas básicas da sociedade, torna-se necessário preparar este indivíduo para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, assim a Cruzada seguia atuando no desenvolvimento da alfabetização e no ensino profissional.

Mesmo de origem evangélica, a Cruzada atribuía um “caráter filantrópico”, não mantendo aspecto confessional ou sectarista. Entretanto, em prática tais teorias não funcionavam, pois os ideais cristãos estavam impregnados em sua filosofia educacional. Concepções identificadas em seus objetivos e materiais didáticos, bem como na mensagem de divulgação no programa ao qual a paz social se dava através da difusão do espírito religioso.

A partir da expansão, ganha destaque no cenário nacional e reconhecimento governamental, passando a receber verbas do MEC e, em 1967, efetiva-se praticamente como um programa semioficial.

Com o Golpe Militar em 1964, vários projetos como o MCP e o CPC passaram a ser coibidos por não aderirem e assim servirem de ameaça aos postulados pregados pelo regime. A censura e repressão política silenciaram aqueles projetos que poderiam exercer qualquer ação conscientizadora a respeito da realidade brasileira. Esses programas de massa poderiam contribuir para alterar o cenário eleitoral, no que se entende por modificar ou orientar novos eleitores, colocando em risco os novos propósitos do regime militar.

O MEB sobreviveu ao Golpe devido à proteção da Igreja, porém, foi necessário alterar sua orientação teórico-metodológica, quando a partir de 1965 passou a integrar a ideologia oficial do Regime. Já a Cruzada ABC passa a atender aos interesses do regime político, porém diante das dificuldades financeiras, é extinto gradualmente entre os anos de 1970 e 1971.

Em substituição a essas iniciativas alfabetizadoras, foi idealizado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com o objetivo de monopolizar as iniciativas de educação de jovens e adultos.

### **MOBRAL: MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (1967-1985)**

Instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, atuou nesse primeiro momento apenas como órgão de assistência financeira e técnica às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Não chegou a ser executado em campo, devido à falta de recursos, o que o fez entrar em pouco tempo para o rol das instituições que necessitavam de reformulação. Como, porém, o Estado só previa uma verba anual de Cr\$ 500 000,00 para o funcionamento dos programas, o

MOBRAL realmente só começou a funcionar quando, em 1970, se encontrou uma forma real de financiamento.<sup>547</sup>

A partir de 1970 é reformulado, iniciando sua programação com o Decreto nº 1.124 de 8 de setembro, no Dia Internacional da Alfabetização, passando então a desviar 24% da receita líquida da Loteria Esportiva e deduções voluntárias de 1 a 2% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para o programa de alfabetização (OLIVEIRA,1989). Com isso, o MOBRAL dispunha em 1971 com uma quantia entre 20 e 25 milhões de dólares. Torna-se executor de uma das maiores campanhas de alfabetização brasileira, com números até então nunca atingidos em nossa história. Da “primeira fase” referente ao momento de criação do Mobral são aproveitados apenas o nome e a legislação.

A sede do Mobral localizava-se no Rio de Janeiro, entretanto, o órgão atuava de maneira descentralizada, assinando convênios com os estados e prefeituras, para dessa maneira transferir os recursos de implantação do projeto. Com esse mecanismo, o movimento atingiu praticamente todos os municípios brasileiros, demonstrando às classes populares o empenho do governo com a educação popular.

A estrutura de funcionamento do Mobral segue as regras da descentralização, promovendo uma singela espécie de autonomia em cada nível. Na organização administrativa, o Mobral Central atuava dentro da perspectiva nacional fixando e fiscalizando os convênios, fornecendo material didático, orientação técnicas, repasse de verbas para os municípios e avaliando os resultados obtidos pelo Movimento. Em contrapartida, cada estado tinha sua Comissão Estadual (COEST), com as funções de planejar, coordenar e controlar as atividades em nível de Estado.

Os municípios através da COMUN (Comissão Municipal) agiam como agentes executivos dos programas do MOBRAL, mobilizando analfabetos, alfabetizadores, monitores, providenciando locais para salas de aula e instalando postos de alfabetização. Procuravam unir os esforços comunitários em prol da educação de adultos, tendo em vista que só os alfabetizadores e os supervisores recebiam uma gratificação.<sup>548</sup>

O Mobral tinha o intuito de alfabetizar adolescentes e adultos e em um período tido como breve - dez anos - erradicar o analfabetismo de país e se sobressair diante do peso do fracasso de dezenas de programas anteriores. Buscava-se atender a população urbana entre 15 e 35 anos, caracterizada pela faixa etária de pessoas que atenderia a demanda por mão-de-obra. Podemos aproximar essa posição ao

---

<sup>547</sup> Relatório dos Aspectos Organização e funcionamento da educação brasileira, elaborado por Newton Sucupira, para a XXXIV Conferência Internacional de Educação, realizado em Genebra, em 1973.

<sup>548</sup> MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, Documento básico Mobral, Rio de Janeiro, 1973, p.67.

que frisa Jannuzzi (1979), estando a prioridade não em proporcionar educação de qualidade, mas suprir as necessidades da industrialização, afinal, nota-se que esse período o país estava sob as perspectivas otimistas do “milagre econômico”.

O panorama econômico brasileiro apresentava um crescimento jamais visto, indicadores apontavam um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto – PIB, refletidos na propaganda orgulhosa do governo incentivando o êxodo rural, provocando a forte migração rural-urbana e o fortalecimento do modelo industrial-urbano. Essa população migrou para as cidades devido à ampliação das oportunidades de trabalho em diversos setores: indústria, comércio, transporte, comunicação.<sup>549</sup>

Esse contingente migratório passou a representar uma demanda que precisava ser transformados a curto prazo em alfabetos aptos a se tornarem participantes no modelo urbano-industrial. E foi essa população o público alvo do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que utilizaria a alfabetização como guia na função de encaminhar todos ao mercado de trabalho.

As empresas convencidas a optar pelo Mobral ao fazer suas deduções, passariam a contar com um maior contingente de mão-de-obra alfabetizada, contribuiria em maior parcela para desenvolvimento econômico da nação e também o livraria do “mal do analfabetismo” principal impeditivo ao progresso. Nesse sentido, a importância da alfabetização de adultos está nitidamente direcionada ao desenvolvimento socioeconômico como descreve Jannuzzi:

O analfabetismo é visto como algo que deve ser erradicado porque é um dos grandes obstáculos do desenvolvimento do país. Assim sendo, o indivíduo deve ser alfabetizado para mais facilmente receber as informações e o treinamento que o permitam desempenhar o papel que lhe é reservado dentro do desenvolvimento. (JANNUZZI, 1989, p.54)

O Mobral passou a desenvolver junto aos seus objetivos dois programas básicos que atendem à população de adolescentes e adultos: Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e Programa de Educação Integrada (PEI).

O PAF tinha duração de 5 meses com carga horária diária de 2 horas, foi o primeiro programa do Mobral na luta contra o analfabetismo. Visava “conduzir a pessoa humana a adquirir as técnicas de leitura, escrita e cálculo, como meio para integrá-la à sua comunidade, permitindo a obtenção de melhores condições de vida” (KOFF e CAMPOLLO, *apud* CORREA, 1979, p.151). Durante o processo de

---

<sup>549</sup> Cabe um destaque à construção civil que expandiu em termos consideráveis com o surgimento de edifícios, viadutos, estádios de futebol, além das grandes obras como a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, a Ferrovia do Aço, a Hidrelétrica de Itaipu, que conseqüentemente necessitavam de farta mão-de-obra.

aprendizagem, o programa tinha como objetivo específico: desenvolver um vocabulário para o aumento de conhecimentos, desenvolver hábitos de trabalho e criatividade, conhecer seus direitos e deveres e os métodos para conservação da saúde. Ao final do curso, cabia ao alfabetizador considerar seu aluno como alfabetizado ou não, os aprovados recebiam o certificado de “aluno alfabetizado”.

Já o Programa de Educação Integrada (PEI) foi o primeiro desdobramento do Mobral, com o propósito de permitir ao neo-alfabetizado a oportunidade de continuar seus estudos. Sua principal função é permitir uma melhor qualificação profissional e assim integrar os recém-alfabetizados ao mercado de trabalho, aproveitando o momento histórico do país com elevadas taxas de crescimento econômico.

Além dos programas básicos, existiam os complementares: Mobral Cultural, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa Diversificado de Ação Comunitária e Programa de Autodidatismo. Todos criados ao transcorrer do movimento diante da busca dos próprios mobralenses pela continuidade dos estudos e a procura incessante por conhecimento (CORREA, 1979).

É indiscutível o alcance e popularidade do movimento, obtidos diante da diversificação do projeto. Entretanto, essa diversificação já significava uma perda no controle do movimento; ao tentar alcançar outros espaços em áreas distintas, o Mobral passa a ser descaracterizado. As diversas reformulações sofridas no decorrer de sua atuação, não foram suficientes para permitir ao Mobral a consolidação de seu objetivo, sendo extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar.

O Mobral, ainda que tenha representado um projeto audacioso em termos numéricos, não deixa de constituir um poderoso mecanismo de controle militar na esfera da educação. Nas entrelinhas da proposta de erradicação do analfabetismo difundida pelo Mobral, estão presentes as ideologias e interesses de um regime autoritário, com a intenção de manter o controle e direcionar a população analfabeta à produção econômica do país. Através das ideias difundidas pelo movimento, são preservados e disseminados os interesses políticos, diminuindo a formação de concepções diferentes da pregada pelo regime.

## **MOBRAL E A REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO REGIME MILITAR**

Os militares não pouparam esforços para exercer o controle e eliminar quaisquer resquícios de resistência ao regime autoritário. Assinala Rezende (2013) que, para além dos já conhecidos mecanismo de tortura, repressão, atos institucionais e constitucionais, havia estratégias sutis utilizadas na preservação e difusão dos valores mantedores do regime. Uma dessas formas de violência silenciosa foi aplicada pelo

regime na grande intervenção na política educacional, pela qual seriam formados cidadãos condizentes à nova ordem política vigente no país.

Atingindo diversos setores como social, econômico, político, não poderia estar a educação livre das interferências. O intuito era de formar uma espécie de homogeneização de valores, assim toda uma sociedade aderiria ao sistema de ideias militares sem que houvesse divergências de posicionamentos. Nesse contexto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) representa um exímio exemplo do arcabouço ideológico do regime militar. Um movimento alfabetizador em que são postos, ainda que de modo oculto, concepções de legitimação política.

O Mobral serviu enquanto uma forte estratégia frente às ideias do regime em demonstrar preocupação com as classes populares. Para atingir quase todos os municípios brasileiros, foi organizada toda uma logística militar, utilizando uma enorme carga propagandística. A intenção era captar maior número de analfabeto às salas de aulas improvisadas com o propósito de alfabetizá-lo em um tempo curto (cinco meses). E através dos meios de comunicação de massa, foram convocados indivíduos para fazerem parte do movimento que aniquilaria o “mal do analfabetismo”.

A primeira análise parte do cartaz de divulgação do Mobral, que na tentativa de recrutar a população para aderir ao movimento utiliza-se da frase: “Encaminhe mais um para o Mobral”. Essa era uma peculiaridade do projeto, o caráter comunitário, ao qual para o seu sucesso deveria contar com a participação de toda a sociedade. Dessa maneira, cabia a todos o dever de acabar com o analfabetismo do país, afinal, *“O povo vive em ordem. O povo ajuda o país. Todos devem ajudar”*.<sup>550</sup>

Esse pressuposto de condução da população também é identificado no que concernem as metas fixadas pelo Mobral e que deveriam ser alcançadas por cada município. Estando o município refém das pressões da instituição, corria em busca de novos contingentes de analfabetos, ainda que estes possuísem menos que 15 anos (idade teoricamente mínima para ingressar no Mobral)<sup>551</sup>, ou que já tenha sido “alfabetizados” em outro momento. “Muitos dos que terminavam os cursos do Mobral a eles retornavam, mesmo tendo sido considerados alfabetizados” (PAIVA, 2003, p.366), o que nos revela o fato de que a preocupação em encaminhar cada vez mais alunos às salas improvisadas de alfabetização estava relativamente ligada à redução dos índices de analfabetismo e não necessariamente à prática de aprender.

<sup>550</sup> Texto informado no livro *“Quem Lê”* distribuído pelo Mobral.

<sup>551</sup> A dificuldade de recrutamento e a constante ameaça no cumprimento das metas teriam levado as Comissões Municipais, a aceitar crianças de 10, 11, 12, 13 14 anos nas suas classes. Fato que deu origem a CPI no Mobral, na pretensão de investigar o chamado “Mobral Infante-Juvenil”.

Aproveitando o importante papel do rádio frente às camadas populares, a canção *Você também é responsável* da dupla de cantores: Dom e Ravel conclamavam a população a fazer a sua parte: “Então me ensine a escrever/ eu tenho a minha mão domável/ eu sinto a sede do saber/ eu venho de campos, tão ricos tão lindos/ cantando e chamando, são todos bem vindos/ a nação merece maior dimensão/ marchemos pra luta, de lápis na mão...”<sup>552</sup>

Dom e Ravel expressam, de modo sutil e tom melancólico, aspectos da política estabelecida pelo *slog* “Brasil Grande”. Estando o país aspirando tornar-se potência mundial, não poderia exibir índices tão altos de analfabetismo; tornava-se necessário convocar toda a população para construir um país alfabetizado. E em tempos de lutas armadas, era preciso traçar uma nova luta na erradicação do analfabetismo.

A música *Você também é responsável* tornou-se forte instrumento da difusão ideológica da propaganda oficial do regime. Vale salientar que ela não foi a única, no período outras canções também exaltavam o Mobra, como: *Oh! Meu Brasil como eu te amo* na voz de Fredson, “com o Mobra a ensinar tanta gente/ oh meu Brasil, teu povo é tão feliz...” . Além da marcha *Viva o Mobra* de Carequinha, que diz: “O Mobra está é com você/ já sei ler e escrever/ nunca é tarde, vamos aprender...”, e o samba-enredo *O Grande decênio*, cantado pela escola de samba beija-flor, “o Mobra e sua função/ que para tantos brasileiros/ abriu porta da educação...” (ARAÚJO, 2013, p.231).

Dessa forma, a produção cultural, nesse caso específico da música, é também instrumento da difusão ideológica, cheia de intensões e significados, bem como descrito por Roger Chartier:

Todo dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e as censuras de quem tem o poder sobre as palavras ou os gestos. (CHARTIER, 1990, p.137)

Outro dispositivo bastante utilizado como repassador ideológico foram os materiais didáticos, distribuído gratuitamente para todos os mobraenses e educadores. Com função subjetiva, os materiais exerciam o controle ideológico na tentativa de eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. Muitas das imagens e textos do material didático do Mobra carregavam mensagens que seriam favoráveis à manutenção da “ordem”, garantida pelo Regime Militar.

---

<sup>552</sup> Música: *Você também é responsável*, gravada no LP “Terra boa”, lançado pela gravadora RCA Victor em 1971. O primeiro e polêmico LP da dupla Dom e Ravel, lançado em meio a onda ufanista que cobria o Brasil no governo Médici.

O regime ditatorial estava escondido e estampado em cada página dos livros, cartilhas e de outras publicações que conduziram a educação nesse período. Através desses materiais, o ensino estava sendo guiado junto às intencionalidades do Governo. Veneração aos heróis nacionais, patriotismo, civismo, exaltação ao governo, eram mensagens incutidas nas entrelinhas de cada um dos materiais didáticos. Para Chartier (1990), o objeto impresso sempre buscou instaurar uma ordem, almejada pelo olhar da autoridade que o encomenda ou permite a sua publicação e circulação.

Em muitas imagens, as cartilhas traziam representações do que seria um ideal militar. No que diz respeito à concepção de família, era sempre retratada em formato tradicional (pai, mãe e filhos), seguindo o padrão cristão. Naquele período, inúmeras campanhas publicitárias divulgavam frente ao rádio e a televisão a importância da família como sustentáculo da sociedade, sendo a esfera familiar um amplo campo para o desenvolvimento da “educação cívica”.<sup>553</sup>

E o interesse do regime em moldar a estrutura familiar chegava a tal ponto que o fazia convocar anualmente os meios de comunicação para veicular mensagens do presidente da República a cada 8 de dezembro, Dia da família. Nesta data, em 1970, através de uma rede de rádio e televisão, o presidente Médici falava ao país que [...] “Entendendo na família o fio que se tece a sociedade, encontro, na família brasileira, a certeza de estarmos construindo, no Brasil, uma sociedade livre e generosa. (ARAÚJO, 2013, p.164)

Ressalta-se que durante o período militar a instituição familiar serviu enquanto um dispositivo para internalizar os valores pregados pelo governo. Família representada pela imagem do homem sempre à frente, atribuindo à mulher pouca importância, enquadrando-a em um papel de coadjuvante na consolidação dos interesses militares.

Outra imagem bastante carregada de significado e divulgada nos materiais são as figuras dos militares, estes aparecem sempre em atividades coletivas fazendo “o bem”, ajudando outras pessoas. A autoridade sempre vista como um cidadão comum, afetuoso e protetor da população, de modo a sugerir que a sociedade deveria unir o povo e os militares. Percebe-se que essa imagem cuidadosamente criada e zelada pelo sistema político não condiz com a realidade vivida nas grandes cidades do Brasil, como ressalta o historiador Paulo César:

O aparato militar-repressivo montado na época em função da “guerra permanentemente ao inimigo interno” não atingia apenas os setores organizados de oposição ao regime; atingia também desempregados, negros, menores infratores, presos comuns e delinquentes em geral (ai

<sup>553</sup> Nesse sentido, “educação cívica” no seio familiar seria o estímulo à obediência e ao respeito, a verdade e a lealdade, honestidade e sentimento do dever, e a iniciativa do amor, perdão e renúncia.

podendo estar incluídos homossexuais, prostitutas ou humildes imigrantes nordestinos sem carteira de trabalho). (ARAÚJO, 2013, p.246)

Assim, podemos assinalar que diversos indivíduos de vários e diferentes setores da sociedade sofreram perseguições e punições. Perseguições de inocentes, pessoas desarmadas e sem nenhum motivo concreto passaram a ser alvo dos militares. Sem exceções, os militares seguiam a procura do inimigo interno, sendo esse o próprio povo brasileiro.

“Sérgio foi tirar carteira do INPS. Ele agora está seguro. Tem seu futuro garantido”<sup>554</sup>. Tendo o indivíduo concluído seu período de alfabetização graças ao Mobral, estando trabalhando com carteira assinada, já poderia garantir benefícios por velhice, morte, doença e maternidade, uma prestação de serviço “do berço ao tumulo”. “Todo mês o trabalhador paga uma parte do seu ordenado, para acudir o que de repente pode acontecer.”<sup>555</sup>

Como esclarece Lira (2010), por trás desse “direito do trabalhador” estava à política econômica implantada no país durante os anos de 1968-1974, onde um dos mecanismos de sustentação do milagre econômico foi a transferência de maior número de recurso para as indústrias (nacionais ou estrangeiras). Uma das formas de captação de recursos foi exatamente através da poupança forçada, a exemplo, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que ao receber do trabalhador essa contribuição, garantiria uma margem maior de lucros para as empresas e daria continuidade ao crescimento das taxas econômicas.

Toda a análise feita sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização vem nos fortalecer o pressuposto de que este significou a representação materializada das ideologias militares. Não se pode negar o papel da educação enquanto um importante dispositivo de legitimação política, através da silenciosa sedução das massas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do ponto das medidas de âmbito público que já foram arquitetadas ao longo dos anos, em relação à educação de adultos, que traz as imagens do analfabeto como “incapaz” e da educação

---

<sup>554</sup> Livro Mobral: “Quem Lê” p.47 (sem maiores informações)

<sup>555</sup> Idem.

como “salvadora”. Educação sempre pensada em conexão com outros problemas da sociedade sejam eles sociais, econômicos e políticos.

Cabem então aos projetos de alfabetização para adultos o papel de “herói da nação”; com seus superpoderes alfabetizadores, não só livrava o país da “chaga do analfabetismo”, como também eliminava os outros “inimigos” da sociedade brasileira. Será na verdade o investimento em educação que promoverá aos “incapazes” um ciclo de melhorias nos demais setores da comunidade. Entretanto, isoladamente a alfabetização não representa causas de transformação no interim de uma sociedade, sua função condiz em desenvolver potencialidades nos indivíduos de acordo com as transformações constantemente apresentadas pelas sociedades modernas.

Outra perspectiva visualizada nesses projetos é torna-los simplesmente enquanto um investimento qualitativo (dados, metas, índices), afinal, quanto menor parecer o número de analfabetos de um país melhor será sua colocação nos gráficos mundiais de qualidade de vida. Toda essa busca sempre pensada no objetivo de se tornar uma potência mundial, não na preocupação em promover, além dos números, uma qualidade real de bem estar numa sociedade carregada de problemas.

O Mobral só vem servir-nos de exemplo de movimento que veio dar continuidade a projetos destes planejados pelas diretrizes nacionais: erradicar o analfabetismo da nação, já que ele guarda em si os demais problemas nacionais. Segundo essa concepção, o analfabeto é o maior impeditivo do progresso nacional. E ao aniquilar esse problema, todos os outros relacionados à economia, política e social, conseqüentemente deixaram de fazer parte de nossa realidade.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi idealizado com o propósito de erradicar o analfabetismo no país, porém, por trás desse ideal, estavam os fatores que fortaleceriam o regime impedindo que postulados contrários pudessem se sobrepor aos ideais militares, além do encaminhamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Entretanto, como já mencionado, essa não é a primeira política pública destinada à educação de adultos que esconde no seu íntimo valores além do de alfabetizar. Diversos projetos já elaborados em outros contextos tinham em seu bojo significações diferentes do âmbito alfabetizador, como exemplo a formação de novos contingentes eleitorais, a fim de conquistar a recomposição política.

O Mobral vem trazer uma mensagem camuflada e ao levar a milhões de brasileiros a alfabetização, dissemina ideologias militares a diversas cidades do país. Na batalha pela ascensão de valores, os meios de comunicação e os materiais didáticos foram importantes aliados no repasse dos ideais militares ao público alvo da campanha.

Ideologicamente pensado e programado, o Movimento Brasileiro de Alfabetização foi capaz de mudar aparentemente a situação do Brasil, afinal, milhões de brasileiros foram alfabetizados (de acordo com os números fornecidos pela fundação), tornando-nos uma “Nação Culta”. O Mobral veio fortalecer a hipótese de que a educação é um imprescindível mecanismo de suporte ideológico seja ele do Estado ou de outras instituições. Dessa forma, podemos atentar ao fato de que tudo que nos é oferecido sob os moldes das representações, seja de modo escrito, visual ou sonoro, contém subscritos reflexos dos discursos pregados por determinada sistema de ideias.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL. 1979.
- FAVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB– Movimento de Educação de Base 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- FREITAS, M.F. Educação de jovens e adultos, educação popular e processo de conscientização: intersecções na vida cotidiana. *Educar em Revista*. Curitiba. n.29. 2007.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo; ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.132.
- JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*. São Paulo: Cortez, 1979.
- LIRA, Alexandre. *A legislação da educação durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Aspectos Organização e funcionamento da educação brasileira*. Brasília, 1974.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Documento básico Mobral*. Rio de Janeiro, 1973, p.67.
- OLIVEIRA, José Luiz. *As origens do Mobral*. 1989. 252f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.
- OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, S. T. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). *Revista Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 13, pp. 11 – 37, Set. 2012. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.
- PAIVA, J.M. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial*. In LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs.) 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. *Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1979.